

# Nota de Abertura

Que Polinices repouse em paz

## I

*«Minha Primeira accção foi inquirir de mim mesmo se o perpétuo fracasso do homem no campo do mais alto pensamento foi devido à falta de poder raciocinante, ou ao mau uso de seu raciocínio. Pareceu-me tão estranho que devêssemos ser capazes de discutir essas questões de metafísica e de psicologia com tal subtileza, e contudo ser incapazes de chegar a qualquer conclusão nesses campos que não encontrei uma resposta imediata, e assim por diante numa progressão infinita.*

*Concluí apressadamente que uma de duas hipóteses deve estar certa: ou o homem fracassou por causa de aplicação imprópria ou sem persistência do seu intelecto, ou fracassou por falta de uma primária crítica da razão.»*

*Fernando Pessoa in Malogro do Homem no Campo do Pensamento [ms. 1906]*

*A Psicologia Política, Ciência transdisciplinar, não se esgota no estudo das crenças, atitudes, socialização política, liderança, anomia, padrões comportamentais, as suas áreas tradicionais de estudo. A um outro nível, ela não se esgota no estudo das democracias ditas estáveis. Por fim, ela não se esgota num modelo de Homem, e, num modelo de investigação assentes na ideia da racionalidade das condutas.*

*Este número de **Análise Psicológica**, o primeiro dedicado exclusivamente ao tema, marca apenas o início, heurístico pelas reflexões, pelo número de propostas teóricas, pelos estudos empíricos realizados, pelos instrumentos de medida analisados.*

## II

«Surge agora uma consideração necessária, mais importante e mais difícil, (...): o incognoscível é imanente às coisas ou não é? Isto é uma coisa qualquer, por exemplo, uma mesa, não é como nós a vemos e realmente existe uma mesa-em-si; ou então existe como nós a vemos e o incognoscível é duma categoria inteiramente diferente?»

Fernando Pessoa, Da Impossibilidade de uma Ciência do Lexicon-E. em-Si [Jun 1906]

Miguel Gonçalves e Óscar Gonçalves no artigo sobre Funções Políticas do Conceito de Identidade, centram-se nos aspectos que diferenciam o indivíduo da sociedade, questionam os saberes instituídos, nomeadamente o carácter prescritivo, estático das concepções sobre o indivíduo, o absolutismo epistemológico da psicologia desarticulado da própria realidade. O carácter imprevisível, e por vezes criativo do ser humano continua a escapar aos estudiosos.

Isabel Pereira Leal em Análise do Poder, um tema central na **Psicologia Política**, propõe uma conceptualização estrutural-dinâmica, assente nos mecanismos individuais, psíquicos, que estão na génese e na evolução da acessibilidade do fenómeno e que são actantes nas práticas sociais.

Ricardo Maximiano na área das atitudes políticas, um tema clássico da **Psicologia Política**, estuda as atitudes partidárias face ao fundamento ideológico no que respeita a vertente da intervenção do Estado, nos dois maiores partidos portugueses PS. e PSD, junto de indivíduos com e sem funções de liderança política nestes mesmos partidos. O tema que recentemente alimentou as discussões partidárias e a comunicação social parece ter aqui uma resposta: À escala programática, os partidos indiscutivelmente diferenciam-se, mas, nalguns aspectos eles têm um posicionamento semelhante!...

Ana Potes, igualmente na tradição de estudo das atitudes, procura analisar alguns determinantes da intenção de voto, partindo da teoria da acção racional de Ajzen e Fishbein por ocasião das últimas eleições autárquicas. Dadas as capacidades e potencial criativo de construção social do político e do ideológico demonstradas pelos inquiridos, poderemos enquadrar o estudo na área da percepção social e considerá-lo como ilustrativo das teorias implícitas que as pessoas detêm sobre a vida em sociedade.

Elizabeth Sousa, Ana Potes e Francisca Valério discutem a concepção reducionista das relações Indivíduo-Sociedade presentes na teoria da acção racional que postula que a intenção (de voto no caso presente) é uma função conjunta da atitude e da norma social, tal como esta é percebida e aceite pelo indivíduo, por ocasião do mesmo acto eleitoral. A ausência de controlo percebido sobre o comportamento de voto, a fraca fidelidade dos partidos ao seu fundamento ideológico na óptica dos inquiridos, a falta de credibilidade dos Outros para a condução dos destinos do próprio são alguns dos aspectos mais salientes. A componente normativa-subjectiva «apaga-se» para dar lugar a um sujeito criativo, mas de algum modo impermeável à influência social, numa estratégia eventualmente irrevogável de sobrevivência face à sobrecarga de informação.

Cláudia Silva, numa outra área fundamental para a noção de democracia, relaciona empiricamente orientação política e raciocínio moral, concluindo que a moralidade não é um domínio privado de uma variante ideológica. Quer o conservadorismo quer o socialismo, medidos pela escala de atitudes socio-políticas de Sozcka (1983) se relacionam com considerações morais. Este estudo coloca ainda a questão do pragmatismo que pareceria querer invadir a vida partidária portuguesa.

Elizabeth Sousa, num artigo sobre legitimidade política, revê a literatura na área da **Psicologia Social** e da **Ciência Política**. Em seguida propõe uma análise conceptual do objecto, fazendo uma alusão breve a trabalhos empíricos que a suportam. A proposta defendida é a de uma relação entre estados afectivos e valores sociais, relação esta determinante da legitimidade, mas, nalguns casos destruturante da própria sociedade, de que é exemplo a ausência de estados afectivos.

Olgierd Swiatkiewicz, num artigo sobre representações sociais, temática relativamente recente na psicologia política, introduzida por Jorge Vala (1985) no nosso país, discute a teoria das represen-

*tações sociais, a própria noção, e, o papel do investigador. A sua proposta teórica, e respectiva ilustração empírica a propósito das relações Portugal-Polónia, centra-se na ideia de que as construções mentais do indivíduo são um processo e um produto mediados pela linguagem, independentemente do grau de peritagem do percipiente.*

*Luís Reto e Francisco Nunes, com base numa revisão da literatura da Psicologia e da Sociologia sobre abstenção eleitoral, e fundamentando-se num paradigma qualitativo de investigação, propõem um modelo para o estudo da abstenção eleitoral no nosso país, uma temática da maior importância para a qualidade das democracias.*

*Por fim, Elizabeth Sousa, a propósito do estudo das minorias vulneráveis, e tomando como exemplo a criança, depositária real e idealizada do futuro de uma cultura nacional, propõe uma nova concepção do abuso infantil, ainda em esboço, baseada na procura de regularidades imperfeitas do fenómeno, de natureza fractal.*

#### AGRADECIMENTOS

*A todos os que aceitaram participar com o seu contributo, ao Dr. Virgílio Amaral, e aos alunos do C.E.S.E. em Saúde Mental Comunitária pelas discussões que o projecto suscitou;*

*Ao Prof. Doutor Frederico Pereira que permitiu e acarinhou este número dedicado à **Psicologia Política**;*

*Ao Dr. Jorge Senos e ao Jorge Manuel Ferreira, os grandes responsáveis na planificação e execução deste número de **Análise Psicológica**, respectivamente. A sua exigência foi um estímulo;*

*A todos aqueles que ainda a outros níveis criaram condições para o meu trabalho.*

*Bem Hajam.*

ELIZABETH SOUSA